

STJ00099259

SIDNEY GUERRA

CURSO DE
DIREITO
INTERNACIONAL
PÚBLICO

8ª edição
2014





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia
Gerência executiva Rogério Eduardo Alves

Gerência editorial Thaís de Camargo Rodrigues
Assistência editorial Sirlene Miranda de Sales

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e
 Ana Cristina Garcia (coords.)
 Bernardete Rodrigues de Souza Maurício

Arte e diagramação Isabela Agrela Teles Veras
Revisão de provas Amélia Kassis Ward e
 Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
 Renato Medeiros

Produção editorial William Rezende Paiva
Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
 Kelli Priscila Pinto
 Marília Cordeiro

Capa Leon Denis Matheus

Produção gráfica Marli Rampim
Impressão Ed.Loyola
Acabamento Ed.Loyola

ISBN 978-85-02-21673-0

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guerra, Sidney
 Curso de direito internacional público / Sidney Guerra.
 8. ed. — São Paulo : Saraiva, 2014.

Bibliografia.

1. Direito internacional público I. Título.

13-10763

CDU-341

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito internacional público 341

Data de fechamento da edição: 6-2-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

134.436.008.001

963389

Sumário

<i>Sobre o autor</i>	9
<i>Obras do autor</i>	11
<i>Prefácio</i>	31
<i>Nota à 8ª edição</i>	33
<i>Nota à 7ª edição</i>	35
<i>Nota à 1ª edição</i>	37

PARTE I

PARTE GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO I

A SOCIEDADE INTERNACIONAL

1. Considerações gerais	41
2. Antecedentes e conceito de sociedade internacional	45
3. Características	49
3.1. Universal.....	49
3.2. Aberta	50
3.3. Descentralizada	51
3.4. Paritária.....	51
4. Os atores na Ordem Jurídica Internacional	52
4.1. O Estado	54
4.2. As organizações internacionais	54
4.3. A pessoa humana	55
4.4. As empresas transnacionais	55
4.5. A Santa Sé	57
4.6. Os beligerantes e insurgentes	58
4.7. A Cruz Vermelha	59
4.8. A Ordem de Malta.....	61
4.9. As organizações não governamentais	61

CAPÍTULO II
NOÇÕES PRELIMINARES

1. Gênese da norma jurídica	65
2. O Direito Internacional Público – conceito	69
3. A Norma Internacional	73
4. Fundamento do Direito Internacional	75
5. Relações entre o Direito Interno e o Direito Internacional	79
5.1. Dualismo	80
5.2. Monismo	82
5.2.1. Monismo com primazia do Direito Interno	82
5.2.2. Monismo com primazia do Direito Internacional	83

CAPÍTULO III
FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Considerações gerais	85
2. A Previsão das fontes do DIP	86
3. Tratados	87
3.1. Considerações gerais	87
3.2. Conceito e características	88
a) Acordo internacional entre Estados	88
b) Celebrado por escrito	88
c) Regido pelo Direito Internacional	89
d) Qualquer que seja sua denominação	89
e) Conste de um instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos	90
3.3. Condições de validade para os tratados internacionais	90
a) Capacidade das partes	91
b) Habilitação dos agentes signatários	91
c) Objeto lícito e possível	92
d) Consentimento mútuo	93
3.4. Classificação	94
3.4.1. Classificação subjetiva	94
3.4.2. Classificação material	95
3.4.3. Classificação formal	96
3.5. Fundamento e efeitos	96
3.6. Forma	96
3.6.1 Fases da elaboração dos tratados	97
a) Negociação	97

b) Redação do texto.....	98
c) Assinatura do texto.....	100
d) Ratificação.....	101
e) Promulgação.....	103
f) Publicação.....	104
g) Registro	104
3.7. Aplicação dos tratados com normas contraditórias	104
3.8. Fim dos tratados	105
4. O costume internacional	108
5. Princípios gerais do Direito	112
5.1. Noções gerais	112
5.2. Os princípios no Direito Internacional Público.....	114
6. Doutrina, jurisprudência e equidade (elementos auxiliares).....	117
7. Ato unilateral.....	120
8. As resoluções das organizações internacionais	122

PARTE II

O ESTADO COMO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO IV

O ESTADO NA ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL

1. Conceito.....	127
2. Elementos constitutivos do Estado	129
3. Classificação dos Estados.....	134
3.1. Estados simples	134
3.2. Estados compostos	135
3.2.1. Estados compostos por coordenação	135
a) Federação de Estados	135
b) Confederação de Estados.....	137
c) União de Estados.....	137
3.2.2. Estados compostos por subordinação.....	138
a) Estado vassalo	138
b) Protetorado	138
c) Estados exíguos	139
d) Estados clientes.....	139
e) Estados satélites.....	140
f) A <i>Commonwealth</i>	140

4. Nascimento do Estado.....	140
5. Reconhecimento de Estado e Governo.....	141
6. Sucessão e extinção de Estados.....	146
a) Bens do Estado	149
b) Legislação e tratados.....	150
c) Nacionalidade	152
7. Direitos dos Estados	152
7.1. Direito à igualdade	155
7.2. Direito ao respeito mútuo.....	156
7.3. Direito à conservação e proteção	156
7.4. Direito ao comércio internacional.....	157
8. Deveres dos Estados	158
8.1. A não indiferença	160
8.2. A não intervenção	163
8.2.1. As doutrinas Monroe e Drago.....	165
9. Restrições aos Direitos dos Estados.....	167
9.1. Imunidade de jurisdição.....	167
9.2. Servidão	168
9.3. Arrendamento do Território	169
9.4. Neutralidade permanente.....	170
9.5. Neutralidade de Território	170
10. Responsabilidade dos Estados	171
10.1. Noções gerais	171
10.2. Responsabilidade subjetiva e objetiva	173
10.3. Atos do Executivo, Legislativo e Judiciário	174
a) Atos do Executivo.....	175
b) Atos do Legislativo	176
c) Atos do Judiciário.....	176

CAPÍTULO V

AGENTES DIPLOMÁTICOS E AGENTES CONSULARES

1. Noções gerais	179
2. Os agentes diplomáticos.....	183
a) A inviolabilidade diplomática	186
b) Imunidade de jurisdição.....	187
c) Isenção de impostos	188
3. Os agentes consulares.....	189

CAPÍTULO VI

ESPAÇOS SOB A SOBERANIA DOS ESTADOS E ESPAÇOS INTERNACIONAIS COMUNS

1. Considerações gerais	195
2. Domínio terrestre	196
3. Domínio fluvial e lacustre.....	198
4. Domínio aéreo.....	201
4.1. A Regulamentação do Espaço Aéreo no Direito Internacional.....	201
5. Domínio marítimo.....	206
5.1. Mar territorial.....	208
5.2. Zona contígua	212
5.3. Zona econômica exclusiva.....	213
5.4. Plataforma continental	214
5.5. Fundo marinho	216
5.6. Alto-mar.....	218
6. Regiões polares.....	222
6.1. A Antártica	223
6.2. O Ártico	226

PARTE III

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

CAPÍTULO VII

TEORIA GERAL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Antecedentes	231
2. Conceito e características.....	241
2.1. Associação voluntária de sujeitos do Direito Internacional	243
2.2. Ato institutivo internacional	244
2.3. Personalidade internacional.....	246
2.4. Ordenamento jurídico e órgãos próprios	247
3. Os atos praticados pelas organizações internacionais.....	247
3.1. A possibilidade de celebrar tratados	248
3.2. Imunidades e privilégios	249
3.3. O direito de legação	252
3.4. Possibilidade de demandar reclamações internacionais	252
4. Classificação	254
4.1. Quanto às finalidades.....	255
4.2. Quanto à extensão.....	255

4.3. Quanto à duração.....	257
4.4. Quanto à admissão.....	257
5. Direitos e financiamento.....	258
6. Sucessão das organizações internacionais.....	261

CAPÍTULO VIII

A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

1. Antecedentes: a Liga das Nações.....	263
2. A criação da Organização das Nações Unidas e seus objetivos..	272
3. Os Membros.....	278
4. Os Órgãos da ONU.....	280
4.1. Assembleia Geral.....	281
4.2. Conselho de Segurança.....	283
4.3. Secretaria-Geral.....	286
4.4. Corte Internacional de Justiça.....	289
4.5. Conselho Econômico e Social.....	292

CAPÍTULO IX

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS DA ONU

1. Considerações gerais.....	295
2. A Organização Internacional do Trabalho.....	297
3. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.....	301
4. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.....	303
5. A Organização Mundial da Saúde.....	305
6. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.....	307
6.1. O Banco Mundial.....	307
6.1.1. O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.....	309
6.2. O Fundo Monetário Internacional.....	309
7. Organização da Aviação Civil Internacional.....	311
8. A União Postal Universal e a União Internacional de Telecomunicações.....	312
8.1. A União Postal Universal (UPU).....	312
8.2. A União Internacional de Telecomunicações.....	313
9. Organização Meteorológica Mundial.....	316
10. Agência Internacional de Energia Atômica.....	318
11. Organização Mundial do Turismo.....	321
12. Organização Mundial do Comércio.....	324

CAPÍTULO X
INTEGRAÇÃO REGIONAL E MERCOSUL

1. As fases de integração regional.....	333
2. Breve notícia histórica do processo de integração regional na América Latina	337
3. O Mercosul.....	339
4. A cooperação judiciária do Mercosul	345
5. O Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (Protocolo de Las Leñas – Mercosul/ CMC/Dec. n. 05/92).....	347

PARTE IV
O INDIVÍDUO NO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO XI
NACIONALIDADE

1. Noções gerais	357
2. Critérios atributivos da nacionalidade	360
a) <i>Jus Soli</i> (direito do solo)	360
b) <i>Jus Sanguinis</i> (direito do sangue).....	361
c) Sistema Misto	362
3. Formas de aquisição da nacionalidade.....	362
4. Perda da nacionalidade.....	364
5. Polipátrida e apátrida	366
6. Efeitos da naturalização	367

CAPÍTULO XII
SITUAÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO

1. Admissão de estrangeiros.....	369
2. Expulsão de estrangeiros	371
3. Extradicação	375

CAPÍTULO XIII
O DIREITO DE ASILO

1. Noções gerais	385
2. Natureza jurídica do asilo.....	386
3. O asilo territorial	388

4. O asilo político	390
5. O direito de asilo: considerações finais	394

PARTE V
CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

CAPÍTULO XIV
MODOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO DIP

1. Considerações gerais	401
2. Meios diplomáticos	403
2.1. Negociação	403
2.2. Congressos e conferências	404
2.3. Bons ofícios	405
2.4. Mediação	405
2.5. Conciliação	407
3. Meios jurídicos	408
4. Meios políticos	412
5. Meios coercitivos	413
5.1. Retorsão	414
5.2. Represálias	414
5.3. Embargo	414
5.4. Boicote	414
5.5. Rompimento das relações diplomáticas	415

CAPÍTULO XV
A GUERRA NO DIREITO INTERNACIONAL

1. Considerações gerais	417
2. Conceito de Guerra Justa x Guerra Santa	419
3. Conceito de guerra defensiva x guerra ofensiva	423
4. A guerra no século XX: algumas impressões	425
5. Conceito de <i>jus contra bellum</i>	428
6. O uso da força e a legítima defesa	430
7. O sistema de segurança coletiva	433

CAPÍTULO XVI
O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

1. Considerações gerais	435
2. Antecedentes históricos	436

3. Autonomia do Direito Internacional Humanitário	438
4. Guerra ou conflito armado?	440
5. A intervenção humanitária	442
6. Direito de Haia	447
7. Direito de Genebra	449
8. Direito de Nova Iorque	449

PARTE VI
TEMAS ATUAIS DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO XVII
GLOBALIZAÇÃO

1. Breve notícia histórica	453
2. Conceito	458
3. Efeitos provenientes da globalização	462
4. Forças poderosas que impulsionam a globalização	467
5. O impacto da globalização sobre os direitos sociais	470

CAPÍTULO XVIII
A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA

1. Antecedentes históricos	473
2. A pessoa humana como sujeito de Direito Internacional	482
3. Os direitos humanos no plano universal	491
4. Os direitos humanos e o Tribunal Penal Internacional	503
5. A onda geracional dos direitos humanos	514

CAPÍTULO XIX
OS DIREITOS HUMANOS NO PLANO REGIONAL

1. Considerações gerais	523
2. O Sistema europeu	525
3. O Sistema americano	532
4. O Sistema africano	548

CAPÍTULO XX
A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

1. Considerações gerais	553
2. Conceito de meio ambiente	554

3. Breves antecedentes na formação do Direito Internacional Ambiental.....	558
4. Alguns temas contemplados pelo Direito Internacional Ambiental	561
4.1. Atmosfera e clima.....	563
4.2. Rios transfronteiriços, lagos e bacias.....	564
4.3. Os mares e oceanos.....	565
4.4. A fauna e a flora	567
5. Alguns marcos importantes para o Direito Internacional Ambiental.....	569
5.1. A Conferência de Estocolmo, de 1972.....	569
5.2. A Conferência do Rio de Janeiro, de 1992	573
5.3. A Conferência de Joanesburgo, de 2002	579
5.4. A Conferência do Rio de Janeiro, de 2012	583
6. Comércio internacional e meio ambiente.....	584
7. O “refugiado” ambiental	586
8. O Tribunal Internacional do Meio Ambiente: uma grande necessidade.....	591
<i>Referências</i>	595